

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2022-10-24

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Vasconcelos, P. (2020). Família, interseccionalidade e multidimensionalidade: algumas notas críticas. In Enrique Pastor Seller, Jorge Ferreira, María Das Dores Guerreiro, Francisco Chacón Jiménez (Ed.), *Familias, identidades y cambio social en España y Portugal siglos XIX-XXI: perspectivas comparadas europeas*. Pamplona: Aranzadi.

Further information on publisher's website:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=781829>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Vasconcelos, P. (2020). Família, interseccionalidade e multidimensionalidade: algumas notas críticas. In Enrique Pastor Seller, Jorge Ferreira, María Das Dores Guerreiro, Francisco Chacón Jiménez (Ed.), *Familias, identidades y cambio social en España y Portugal siglos XIX-XXI: perspectivas comparadas europeas*. Pamplona: Aranzadi.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

### Família, interseccionalidade e multidimensionalidade: algumas notas críticas

Pedro Vasconcelos<sup>1</sup>

*ISCTE Instituto Universitário de Lisboa*

**Sumário:** 1. Da família normativa às famílias reais; 2. A crítica feminista – as estruturas da desigualdade de género; 3. Multidimensionalidade e Diferenciação – Família e Ordem da Desigualdade; 4. Referências bibliográficas.

**Conceitos principais:** Família, Género, Desigualdade, Multidimensionalidade, Estruturas Sociais, Diferenciação

**Resumo:** Numa breve e esquemática reflexão, pretende-se apresentar uma crítica dos pressupostos legitimistas de origem estrutural-funcionalista Parsoniana que continuam a assombrar muitas das conceptualizações contemporâneas sobre a instituição familiar em ciências sociais. A partir da crítica feminista e interseccional sobre os múltiplos processos estruturadores da desigualdade de género, desenvolvem-se os parâmetros de uma analítica multidimensional da instituição familiar, mobilizando para tal contributos centrais das teorias sociológicas da diferenciação, como os de Luhmann e Bourdieu. Aponta-se assim um caminho analítico sobre a família que toma em consideração, de forma não enviesada ou mesmo discriminatória, a diversidade das suas dinâmicas e configurações, bem como as maneiras como é determinada quer por instâncias institucionais externas (como o Estado), quer por processos estruturais de desigualdade, tais como o género, a classe, a racialização, entre outros.

#### 1. Da família normativa às famílias reais

Frequentemente os modelos conceptuais sobre a instituição familiar construídos pelas ciências sociais continuam a reproduzir padrões normativos e ideológicos socialmente impostos e dominantes. Isto não obstante a profunda indagação crítica, tanto empírica como conceptual, que alguma sociologia da família (entre outras), bem como múltiplos feminismos, têm sistematicamente feito desde pelo menos os anos 60 desses modelos hegemónicos e da sua desadequação explicativa. De facto, o que desde então se tem vindo a salientar, além da já conhecida transformação de um modelo institucional para um modelo relacional (mas vamos ter cuidado com esta oposição linear entre tradicional e moderno), é a diversidade tanto das formas e modelos de relacionamento

---

<sup>1</sup> Professor Auxiliar, Departamento de Sociologia/ Investigador Integrado, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/ Escola de Sociologia e Políticas Públicas, [pedro.vasconcelos@iscte-iul.pt](mailto:pedro.vasconcelos@iscte-iul.pt).

familiar, como da diferencial e desigual localização das famílias e indivíduos em espaços sociais relacionais de acesso também ele diferencial a múltiplas espécies de recursos.

Devemos, então, reavaliar criticamente a utilidade heurística de modelos lineares e de oposições convencionais na análise da vida familiar, tais como a oposição entre tradicional e moderno (e outras dicotomias associadas, como público versus privado, social versus individual, etc.). Pensando a família, e mais especificamente o casamento, Burgess e seus colegas (1945, 1971), deram bem conta da profunda mudança do casamento de ‘instituição’ para ‘companheirismo’, como característica central da diferença entre formas familiares tradicionais e modernas. Ainda que tal visão sobre as transformações históricas da instituição familiar tenha sido, sem dúvida, um contributo valioso, tal não nos deve fazer cair não só em oposições lineares e simplistas entre o passado e o presente, mas também em aceitações acríticas de pressupostos conceptuais – tais como o uso analítico de um suposto referente passado como sendo o modelo (a instituição) a partir do qual toda e qualquer alteração deva ser medida, bem como o logro de pensar qualquer momento histórico da família como homogéneo, confundindo frequentemente o normativo com o real.

Esta ideia de uma diferença fundamental entre a família tradicional e a moderna encontrou a sua forma mais codificada e cientificamente impactante no trabalho de Parsons sobre a moderna família conjugal americana (Parsons, 1971 [1949], Parsons e Bales, 1955), no seguimento, aliás, das definições avançadas por Durkheim (2002a [1888], 2002b [1892], 2002c [1904], 2002d [1906], 2002e [1909]). O impacto de tal conceptualização da família e dos relacionamentos familiares realçou vincadamente a ideia de uma profunda mudança na natureza própria da instituição familiar na modernidade – uma realidade supostamente privatizada, isolada (da parentela) e com separação intergeracional, individualizada, não-comunitarista e com diferenciação funcional interna de papéis sexuais. Esta seria, segundo esta longa e prestigiada genealogia intelectual, a forma familiar mais adequada e funcional para a manutenção da ordem social das sociedades moderna. Não é aliás forçado considerar que Parsons erigiu em modelo central o estereótipo da família conjugal norte-americana – heterossexual, originada no casamento e fundada na diferença sexual e reprodutiva, com a mulher doméstica e o homem o ganha-pão assalariado, branca e de classe média, de preferência vivendo em confortáveis moradias unifamiliares nos subúrbios das grandes metrópoles estado-unidenses.

É claro que mesmo quando Parsons cimentava as suas teses sobre a família, no contexto de uma ambiciosa e abrangente teoria sociológica geral, muitas foram as críticas sobre um entendimento tão simples e homogêneo da mudança e realidade familiar. Goode (1963), por exemplo, demonstrou a complexidade e não-linearidade dos diversos sistemas familiares existentes no mundo (com uma crítica concomitante da linearidade evolucionista e ocidentalocêntrica dos modelos teóricos da modernização). Outros contributos desenvolveram um conjunto de críticas mais focalizadas sobre aspectos particulares da teoria funcionalista da família (em relação, por exemplo, ao papel persistente do parentesco – para uma panorâmica, ver Vasconcelos, 2011).

Muitas destas críticas produziram perspectivas alternativas que acentuaram a importância analítica e centralidade social dos chamados ‘novos comportamentos familiares’ e mesmo ‘novas famílias’, como a divorcialidade, a coabitação informal, a recomposição familiar, etc. E isto sem ver, nestes comportamentos, desvios ou excepções à regra, supostamente produzidas por disfuncionalidade de grupos familiares e indivíduos específicos, supostamente marginais ou minoritários. Toda uma sociologia da família se centrou, a partir dos anos 60 e 70, na atenção à real diversidade dos modelos conjugais e familiares (veja-se a importante produção de língua francesa, por exemplo Roussel, 1989 ou Kellerhals *et al.*, 1982, entre outros, bem como a sua continuidade frutífera na sociologia da família portuguesa – Torres, 2001, ou Aboim, 2006), tal como nos impactos de tal diversidade nos cursos de vida individuais.

Globalmente, tais críticas acentuaram a importância da maneira como os indivíduos ‘fazem família’, isto é dizer, a sociologia da família virou-se tendencialmente para a subjectividade e agência individual e suas redes fluídas de relacionamentos, não só familiares e de parentesco, mas também amicais, sexuais e românticos (ver por exemplo o acento subjectivista que se pode encontrar em Singly *et al.*, 1996 e Singly, 2000, ou Kaufmann, 1993).

Se estas perspectivas centradas na agência e subjectividade, quando não completamente abstraídas das determinações estruturais, podem de facto ser vistas como um aprofundamento de perspectivas relacionistas e da diversidade que ultrapassam muitos dos problemas inerentes à conceptualização Parsoniana, nomeadamente o seu forte carácter normativo e socialmente discriminatório (ainda que contra o pensamento progressista do próprio Parsons sobre uma série de questões sociais), mesmo assim problemas permanecem. De alguma maneira continuam aprisionadas numa cosmovisão Parsoniana, não só de oposição linear entre tradicional e moderno, replicando e

transpondo simplisticamente a dicotomia Durkeimiana entre solidariedade mecânica e orgânica (Durkheim, 2008 [1893]: 54-206) ou a oposição entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* em Tönnies (1977 [1912]), mas, acima de tudo e por tomarem a descrição Parsoniana como real, por medirem e pensarem todos os processos de uma mudança familiar face a essa ilusória estabilidade do passado. Daí que a família no presente seja frequentemente pensada como múltipla, fluída, incerta, instável ou mesmo caótica. De facto, diagnostica-se uma fragmentação a partir de uma homogeneidade e unidade que nunca existiu ou existiu apenas muito parcialmente do ponto de vista demográfico e apenas em momentos históricos localizados (como a década de 1950).

Claro que mudanças objectivas e materiais se deram na instituição familiar no contexto da modernidade (ver, por exemplo, Therborn, 2004), bem como que as formações discursivas dominantes se alteraram, tendo produzido também impactos na família (como apontou, para o grande arco da mudança histórica europeia, Luhmann, 1991). Um dos efeitos, a todos os níveis, dessas mudanças foi, no mínimo, um lugar menos marginal e discriminado para práticas, identidades e arranjos familiares não-dominantes (demográfica e/ou normativamente). Em certo sentido até, mesmo a sua inclusão na ‘normalidade’ normativamente hegemónica (veja-se a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo).

Persiste, contudo, uma forte necessidade de superação de categorias e esquemas analíticos que continuam a reproduzir dicotomias binárias simplistas e frequentemente evolucionistas, tais como colectivo *versus* individual, tradicional *versus* moderno, estandardizado (ou seja, padronizado, uniforme) *versus* destandardizado (por definição, sem padrão, disforme).

De facto, já se percebeu como o curso de vida dos indivíduos, familiar e não só (laboral, educacional, etc.), não mudou através de uma linear transformação de tradicional para moderno (ou de institucional a informe), bem como muitos dos instrumentos conceptuais desenvolvidos para lidar com esta questão enfermam de uma reificação abusiva de um modelo normativo ideal que correspondeu apenas a um momento histórico de excepção (Aboim e Vasconcelos, 2009 e 2020).

As transformações nos regimes de curso de vida foram e são complexas. Apesar das mudanças verificadas em diferentes áreas do curso de vida, com maior padronização e homogeneidade relativa, ou o seu inverso, em alguns aspectos, períodos etários ou gerações, podemos encontrar diversidade em todas as dimensões mencionadas, afastando assim qualquer ideia de uma linear estandardização em momentos históricos anteriores

ou em gerações mais velhas, por oposição a uma destandardização no presente ou em gerações mais novas. Esta não é apenas uma constatação empírica, mas acima de tudo conceptual.

Teoricamente, qualquer esquema que erija um certo padrão historicamente localizado (real ou imaginário) em universal, a partir do qual tudo o que se segue deva ser aferido e medido, deve ser definitivamente abandonado como sendo incapaz de dar conta dos processos reais de mudança social. Esse padrão foi um dos legados duradouros da proposta Parsoniana sobre a família, com a sua ênfase na ordem e estabilidade e incapacidade de pensar a pluralidade senão como desordem, confundindo arranjos institucionais específicos ou opções eventualmente maioritárias com ordem normativa e, assim, impondo conceptualmente e moralmente essa ordem, que tenderá, por definição, a ser conservadora.

Não compete às ciências sociais definirem normativa e moralmente a família, mas antes analisar como as pessoas, nos seus contextos e localizações sociais, definem família, nas suas vidas quotidianas, bem como através de processos colectivos e públicos de luta política. O conhecimento científico-social tem de sair de uma postura legitimista que adopta acriticamente as categorias da prática social e da luta simbólica (sempre de natureza política, sempre parciais – quer no sentido de serem parcelares, quer no de tomarem partido), particularmente as categorias e definições normativas dominantes, ou seja impostas pelos processos sociais de dominação, logo não desconectáveis das estruturas sociais de desigualdade.

## **2. A crítica feminista – as estruturas da desigualdade de género**

Outro problema central com as duradouras definições Parsonianas é a sua incapacidade relativa em considerar, a não ser epidermicamente e pela óptica do desequilíbrio da ordem, as dimensões conflituais de poder e desigualdade dos processos sociais e também, portanto, da família. Neste sentido as discussões feministas em torno da condição social das mulheres e depois, mais amplamente, do género, vieram desde cedo desconstruir modelos legitimistas.

A preocupação com a desigualdade de género, como diríamos hoje, na família e no casamento estava já presente nos feminismos de primeira vaga, do séc. XIX e inícios do séc. XX, frequente e justamente chamado de sufragista, mas cujas preocupações não se esgotavam na questão do direito de voto (onde ele poderia existir...), alargando-se a toda uma série de outras áreas de intervenção, como a saúde materna e reprodutiva, a

educação feminina, a chamada ‘questão social’ e as condições de vida das mulheres, crianças e famílias pobres e excluídas (ponto, aliás, nevrálgico no desenvolvimento do serviço social), bem como sobre todas as limitações de cidadania feminina especificamente jurídicas, particularmente no direito da família, do casamento e da herança.

A questão do casamento, e da maternidade, é também central na obra genésica do chamado feminismo de segunda vaga, *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir (1987 [1949]). A partir de uma análise existencialista das relações entre homens e mulheres, Beauvoir critica os fundamentos sociais da subordinação feminina, avançando com a ideia revolucionária que ser mulher (ou homem...) não é uma inexorabilidade biológica (ou mesmo psicológica, social ou económica), porque ser mulher não é uma realidade ontológica prévia, mas um lugar subordinado numa estrutura de poder. Neste sentido, para Beauvoir e para as sociedades que analisa, a mulher é sempre o Outro do homem (o tal segundo sexo, o que vem depois), o caso sempre particular e inferior, enquanto que o sujeito masculino é construído como universal e modelo geral do humano (o primeiro sexo, o que vem antes). Segundo Beauvoir, seriam o casamento e a maternidade, únicos destinos socialmente oferecidos às mulheres, os instrumentos centrais da sua mutilação como sujeito humano livre. A sua prisão.

Esta visão dos constrangimentos sociais e pessoais impostos por modelos de casamento e maternidade restritivos e subordinantes para as mulheres, ainda que expressa de forma menos filosófica, está igualmente presente no trabalho seminal do feminismo norte-americano de meados do séc. XX – o livro *A Mística Feminina* de Betty Friedan (1963). Aí, Friedan não só leva a cabo uma extensa crítica das limitações impostas às mulheres pelos modelos familiares, conjugais e maternos dominantes em finais dos anos 50 e inícios de 60, como explicitamente critica a teorização estrutural-funcionalista Parsoniana sobre a família, particularmente a ideia de que o modelo de especialização funcional da mulher em papéis expressivos e do homem em papéis instrumentais é o que mais se adequa à manutenção do equilíbrio da ordem social. O que está aqui presente é, também, um questionamento crítico sobre quem são os beneficiários dessa ordem, como também do próprio pressuposto que a ordem é necessária e benéfica.

A questão da desigualdade género<sup>2</sup> para as teorias feministas, não se esgotava nem se esgota, contudo, na questão da família, casamento e maternidade (embora dela também

---

<sup>2</sup> De notar que o termo género só se generaliza claramente nos estudos feministas e nas ciências sociais a partir da década de 70. Veja-se, aliás, como as ideias paralelas de papel sexual ou de papel de género, com

nunca se tenha apartado),<sup>3</sup> tornando-se rapidamente uma demanda crítica por todos os processos sociais indutores dessa desigualdade. Neste sentido, os diferentes feminismos vieram, respectivamente, trazer à discussão os múltiplos determinantes da ordem social (de género). Numa esquematização necessariamente simplista, poderíamos dizer que o feminismo liberal continuou e aprofundou, em continuidade relativa com os feminismos de primeira vaga, a análise dos processos especificamente jurídicos e políticos da desigualdade entre homens e mulheres. O feminismo marxista focalizou-se na questão do trabalho, nomeadamente através da altamente heurística distinção analítica entre trabalho reprodutivo e produtivo, aliando a análise crítica do capitalismo à do patriarcado. O feminismo psicanalítico prestou particular atenção às dimensões patriarcais da cultura e do domínio do simbólico (seja o que for tal quer dizer em muitos escritos psicanalíticos...). O feminismo radical, por sua vez, indagou em profunda exegese crítica a questão da sexualidade (particularmente da heterossexualidade) e, numa segunda fase, da diferença (particularmente em termos das questões da orientação sexual e da racialização/etnicidade). Os desenvolvimentos e rupturas revolucionárias do chamado feminismo de terceira vaga (a partir de finais da década de 80, inícios de 90), entre múltiplos elementos e complexidades conceptuais que aqui não cabe discutir, deram conta da centralidade quer do discurso, quer da performatividade, chegando ao ponto de argumentar que o sexo (como suposta categoria do biológico) não é ele mesmo pré-discursivo, mas já um ordenamento político das categorias de género (ver Butler, 1993).

Olhando panoramicamente para o projecto feminista, em toda a sua diversidade e até conflito ou mesmo natureza parcelar, encontramos tentativas de nomear articulada e explicativamente a própria complexidade estrutural do género enquanto ordem de desigualdade social. Neste sentido podemos argumentar que o esforço colectivo feminista sempre foi de alguma maneira interseccional. Ou seja, sempre pretendeu dar conta não só dos múltiplos processos estruturadores da desigualdade de género, mas também da sua interacção.

---

origens, respectivamente, na sociologia parsoniana (e antes disso durkheimiana) e na biomedicina da transexualidade, acabaram por ser apropriadas pelo feminismo de segunda vaga (embora não sem uma forte crítica e recusa da visão estereotípica das funções e posições sociais femininas), pois permitiram, na altura, uma desnaturalização da condição e categoria da mulher, ou seja, de forma simples, a distinção analítica entre sexo biológico e género social.

<sup>3</sup> Ver por exemplo os trabalhos da socióloga Ann Oakley (1974a, 1974b, 1980), ela própria pioneira na introdução do termo e conceito 'género' na sociologia, para lá da mera ideia de 'papel sexual'. Esse uso generalizar-se-ia posteriormente a autores centrais da sociologia geral como Goffman (1979), além de se tornar universal na sociologia (doravante) do género também na década de 70 (ver, por exemplo West e Zimmerman, 1987, mas escrito em 1977).

Tal desígnio, tendo antecedentes, viria a ser explicitamente avançado pela jurista Kimberlé Crenshaw (1989), com a sua proposta de uma teoria da interseccionalidade ou da intersecção. Proposta que viria a ser desenvolvida e popularizada pela socióloga Patricia Hill Collins (1990 e, mais recentemente, 2019). O objectivo das perspectivas interseccionais é o de desvendar o que apelidam de matriz de dominação, produzida pela intersecção dos efeitos de género, classe e raça na constituição da desigualdade vivida no concreto por indivíduos e grupos específicos de identidades. Estas perspectivas insistem que os processos de desigualdade de género, classe e raça constituem eixos mutuamente constitutivos de opressão e não devem ser separados em categoriais discretas de análise (ver, por exemplo: Kohlman e Dickerson, 2008; Few-Demo e Allen, 2020). Para dar conta de diferentes matizes da matriz de desigualdade e dominação, na sua variação, seria necessário analisar como se cruzam concretamente esses eixos de opressão para a produção de efeitos específicos que não são um mero somatório das partes, mas antes dinâmicas complexas que produzem localizações sociais únicas.

Esta postura conceptual e política, hoje quase hegemónica no feminismo (conjuntamente com a *Queer Theory*), tem com certeza qualidades analíticas, aumentando o olhar, mais ou menos crítico, sobre a multiplicidade de condições sociais de existência dos indivíduos, grupos e categorias sociais enquanto estruturadas por complexos historicamente localizados de género, classe, racialização, etnicização, sexualidade, nacionalidade, geração e toda uma plêiade de outras diferenças e desigualdade vistas como não mutuamente exclusivas. Aponta também a suma importância de não separar artificialmente o que, na realidade das vidas, está emaranhado. Mas há também um conjunto de problemas e limitações analíticas aqui presentes. Sem querer exaurir as discussões e polémicas, de resto amplas e fortes, se não mesmo violentas, sobre as virtudes e limitações das perspectivas interseccionais, apontaríamos criticamente o seu excessivo acento nas identidades dos sujeitos, logo nas suas subjectividades, mesmo que colectivamente produzidas (tal leva, aliás, a enfoques empíricos tendencialmente agencialistas, microsociais ou individualistas, apesar da referência constante, mas longínqua..., a eixos estruturais de dominação), bem como o da confluência entre diferentes processos de diferenciação e desigualdade em todos os seus níveis possíveis de análise.

De facto, uma frutífera teoria da intersecção das múltiplas determinações estruturais de diferenciação e desigualdade deve, com certeza, ultrapassar uma postura meramente aditiva de diferentes eixos de hierarquização social.

No que à análise de género diz respeito, aliás, podemos encontrar propostas conceptuais e analíticas que sempre pretenderam dar conta da multidimensionalidade estrutural da desigualdade de género. Particularmente aquelas que lograram superar visões do género que o reduzem a uma coordenada individual (algo que, individualmente, se adquire, se tem ou se faz) dentro de um sistema pré-ordenado de oposição binária entre mulheres e homens, mas antes o veem como um sistema organizado de desigualdade que emana das diferentes instituições sociais ao mesmo tempo que as estrutura (com maior ou menor intensidade, dependendo das instituições). De facto, o género não deve ser visto como uma mera elaboração cultural de diferenças biológicas, mas antes como a construção das diferenças sociais entre categorias de género, a partir da apreensão das diferenças reprodutivas, dentro de estruturas relacionais baseadas em hierarquias de poder em grande escala – o género é uma estrutura social que não pode ser colapsada noutra qualquer, como cedo alertou Raewyn Connell (1987).

Neste sentido, a própria Connell (1987 e 2009), avançou com o conceito de ordem de género, para dar conta dos padrões amplos de desigualdade de género nas sociedades, constituída por múltiplos e relativamente autónomos regimes de género institucionais (Connell 2009: 73). Ainda que os diferentes regimes de género possam não estar coerentemente integrados numa ordem de género una e unívoca, já que contradições e indeterminações abundem, sabemos que a maioria dos contextos sociais podem ser caracterizados como obedecendo a princípios androcêntricos de dominação masculina (Bourdieu, 1998). As contradições entre regimes de género, bem como dentro deles, são aqui elementos fundamentais para dar conta não só da complexidade global dos processos sociais, mas acima de tudo dos processos de mudança social. Os diferentes regimes de género – Poder, Produção, Emoções, Simbólico,<sup>4</sup> são as dimensões constituintes da estrutura de diferenciação e desigualdade societal que é a ordem de género.

O conceito de ordem de género é, assim, um esquema teórico multidimensional que nos permite pensar operativamente a diferenciação e desigualdade de género, em toda a sua diversidade e contradição reais. Ora, é de um esquema em tudo semelhante que

---

<sup>4</sup> Embora numa primeira formulação Connell (1987) apontasse os regimes do Estado, da Família e da Rua. Nesta mais recente formulação (Connell, 2009) mantém alguma ambiguidade entre serem o Poder, a Produção, as Emoções e o Simbólico os regimes de género, ou antes as dimensões estruturais presentes em todo e qualquer regime institucional de género (como os mencionados na primeira formulação, entre outros como o mercado de trabalho, a sexualidade, etc.; uma abordagem semelhante pode ser encontrada em Sylvia Walby [1990], com a sua ideia das seis estruturas fundamentais do patriarcado – trabalho pago, produção doméstica, cultura, sexualidade, violência e o Estado).

necessitamos para dar conta da instituição familiar, da sua dinâmica e diversidade, bem como dos processos de multideterminação estrutural de que é objecto.

### **3. Multidimensionalidade e Diferenciação – Família e Ordem da Desigualdade**

Se, de facto, não devemos pensar a família a partir de modelos normativos social e historicamente localizados, tal como o de Parsons, mas antes tendo em atenção sua dinâmica e pluralidade internas (o que não é ignorar que certos arranjos familiares possam granjear maior legitimidade social), também a devemos pensar na sua constituição histórica quer por outros sistemas institucionais autónomos, quer por estruturas alargadas de diferenciação e desigualdade social (elas próprias produzidas historicamente por esses sistemas institucionais, mas com autonomia relativa face a determinação específicas de cada um deles).

O que aqui proponho, de forma necessariamente esquemática e mesmo incipiente, é que tal perspectiva sobre o sistema familiar (e de parentesco) implica necessariamente uma perspectiva conceptual alargada sobre os processos de diferenciação sistémica e estrutural do todo societal. Assim, a sociedade, como espaço relacional global, deve ser vista não como um todo unitário, mas como constituída não só por estruturas de desigualdade paralelas (mas apenas relativamente autónomas), bem como por diferentes sistemas e/ou campos sociais institucionais.

Esta conceptualização é necessariamente devedora quer da perspectiva da diferenciação sistémica de Luhmann (1982), quer da conceptualização por Bourdieu (1979 e 1994) do espaço social das classes bem como dos diversos campos sociais existentes contingentemente em cada momento histórico (enquanto subespaços especializados e relativamente autónomos, ver Bourdieu, 1984), que aqui não cabe desenvolver. A articulação, necessariamente forçada, admitimos, entre estes dois autores permite, ao mesmo tempo que se acolhe teoricamente a análise dos processos de diferenciação funcional segundo Luhmann (e de diferenciação estrutural interna a cada sistema funcional, i.e., fundado por um determinado e específico código comunicacional geral, mas onde encontramos igualmente organizações e interacções no seu seio), integrar os processos de hierarquização entre campos a que se refere Bourdieu (nomeadamente, a título exemplificativo, a dominação relativa pelo campo económico na contemporaneidade), ao mesmo tempo que não se menoriza o facto de os vários sistemas sociais apresentarem exactamente as características concomitantes de jogo e de mercado

em torno de espécies de recursos específicos que, aliás, fundam o próprio campo/sistema (desta feita incorporando igualmente uma dimensão conflitual como inerente aos processos de reprodução e mudança histórica). Assim, a natureza historicamente variável da própria existência dos sistemas/campos<sup>5</sup> e a relatividade da sua autonomia (que inclui a possibilidade da sua sobreposição relativa, que não apenas da sua sobredeterminação exógena), não ilide a sua natureza potencialmente mutuamente constitutiva (atente-se a centralidade do Estado na constituição do mercado ou mesmo da família moderna, como já bem chamava atenção Durkheim).

Veja-se que não se defende uma visão reificadora e fixista dos sistemas e campos ou do espaço social total. Os sistemas e espaços não são coisas. Não há coisas, a não ser na medida em que as tratamos como tal. São processos de relacionamento social variável, actividades levadas a cabo por indivíduos, grupos, redes sociais e organização em múltiplos contextos normativos, frequentemente concomitantes na quotidianidade dos dias que passam. Mas são analiticamente distintos. Igualmente, quer os sistemas/campos quer o espaço social global, constituído este último pela sobreposição relativa e não necessariamente coincidente entre processos estruturais amplos (como o género, a classe, a racialização e a diferenciação geracional<sup>6</sup>), não são somente meras distribuições objectivas segundo critérios materiais, mas espaços globais de luta simbólica pela própria definição dos espaços (do que neles é relevante), das suas posições (dominantes ou dominadas) e categorias (ou seja, das pessoas), e dos/pelos recursos neles em jogo.

O que se argumenta suplementarmente, é que as diferentes ordens de desigualdade estrutural relativamente autónomas (os espaços sociais do género, da classe, da racialização e das gerações) se interseccionam preponderantemente na experiência quotidiana e relacional de interacção dos sujeitos em cada contexto institucional relativamente autónomo. Ao mesmo tempo que todos os sistemas/campos têm eles mesmos uma dinâmica e estruturação interna de classe, género, racialização, bem como geracional, para a qual aliás contribuem produzindo efeitos externos, no todo de cada ordem específica de desigualdade e das suas interacções estruturais.

Assim também é na família, nas famílias. Que não pode ser pensada, analisada, investigada, regulada e, até, intervencionada, sem ter em atenção as suas múltiplas

---

<sup>5</sup> Sendo que nem todos os sistemas apresentam características de campo, como é aliás o caso da instituição familiar.

<sup>6</sup> Os três primeiros, aliás, resultado histórico de amplos processos sociais, como o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo. Sobre a natureza socialmente constituída da diferenciação e desigualdade geracional, ver Aboim e Vasconcelos (2014).

dinâmicas endógenas, quer a sua determinação relativa por outras configurações institucionais (o Estado, o mercado, a ciência, a religião, etc.), quer por vastas estruturas de desigualdade, como o género, a classe, a racialização e as gerações,<sup>7</sup> a que, mesmo na sua relativa descoincidência e até contradição, podemos chamar de ordem da desigualdade.

#### 4. Referências bibliográficas

- ABOIM, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança: Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- ABOIM, Sofia e Pedro VASCONCELOS (2009), “Differential and cumulative effects of life course events in an intergenerational perspective: social trajectories of three-generation family lineages”, *Swiss Journal of Sociology*, 35 (2): 337-355.
- ABOIM, Sofia e Pedro VASCONCELOS (2014), “From political to social generations: a critical reappraisal of Mannheim’s classical approach”, *European Journal of Social Theory*, 17(2): 165-183.
- ABOIM, Sofia e Pedro VASCONCELOS (2020), ‘Reassessing (de)standardization: Life course trajectories across three generations’, *Portuguese Journal of Social Science*, 18(3): 299–318.
- BEAUVOIR, Simone de (1987 [1949]), *The Second Sex*, London: Vintage.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1984), “Quelques propriétés des champs”, *Questions de sociologie*, Paris: Minuit, 113-120.
- BOURDIEU, Pierre (1994), *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras: Celta.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *La domination masculine*, Paris: Seuil.
- BURGESS, Ernest Watson e Harvey James LOCKE (1945), *The Family: From Institution to Companionship*, New York: American Book.
- BURGESS, Ernest Watson, Harvey James LOCKE e Mary Margaret THOMES (1971), *The Family: From Traditional to Companionship*, New York & London: Van Nostrand-Reinhold.
- BUTLER, Judith (1993), *Bodies that Matter. On the Discursive Limits of “Sex”*, New York: Routledge.

---

<sup>7</sup> Que é uma maneira rápida de dizer os processos estruturais de diferenciação gendrificada, classista, racializada e geracional.

- BUTLER, Judith (1999), *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*, New York: Routledge.
- CONNELL, Raewyn (1987), *Gender & Power: society, the person and sexual politics*, Cambridge: Polity.
- CONNELL, Raewyn (2009), *Gender: In World Perspective*, Cambridge: Polity.
- CRENSHAW, Kimberlé (1989), “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”, *University of Chicago Legal Forum*, vol. 1989, Article 8.
- DURKHEIM, Émile (2002a [1888]), *Introduction à la sociologie de la famille*, Chicoutimi, Québec: Collège d'enseignement général et professionnel de Chicoutimi.
- DURKHEIM, Émile (2002b [1892]), *La famille conjugale*, Chicoutimi, Québec: Collège d'enseignement général et professionnel de Chicoutimi.
- DURKHEIM, Émile (2002c [1904]), *La condition de la femme*, Chicoutimi, Québec: Collège d'enseignement général et professionnel de Chicoutimi.
- DURKHEIM, Émile (2002d [Princeps 1906]), *Le divorce par consentement mutuel*, Chicoutimi, Québec: Collège d'enseignement général et professionnel de Chicoutimi.
- DURKHEIM, Émile (2002e [1909]), *Débat sur le mariage et le divorce*, Chicoutimi, Québec: Collège d'enseignement général et professionnel de Chicoutimi.
- DURKHEIM, Émile (2008 [1893]), *De la division du travail social*, Chicoutimi, Québec: Collège d'enseignement général et professionnel de Chicoutimi.
- FEW-DEMO, April L. e Katherine R. ALLEN (2020), “Gender, Feminist, and Intersectional Perspectives on Families: A Decade in Review”, *Journal of Marriage and Family*, 82: 326–345.
- FRIEDAN, Betty (1963), *The Feminine Mystique*, New York: W. W. Norton & Company.
- GOFFMAN, Erving (1979), *Gender Advertisements*, New York: Harper & Row.
- GOODE, William Josiah (1963), *World Revolution and Family Patterns*, New York: The Free Press.
- HILL COLLINS, Patricia (1990), *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*, New York: Routledge.
- HILL COLLINS, Patricia (2019), *Intersectionality as Critical Social Theory*, Durham: Duke University Press.

- KAUFMANN, Jean-Claude (1993), *Sociologie du couple*, Paris: Presses Universitaires de France.
- KELLERHALS, Jean, J.-F. PERRIN, G. STEINAUER-CRESSON, L. VONÈCHE e G. WIRTH (1982), *Mariages au Quotidien: inégalités sociales, tensions culturelles et organisation familiale*, Lausanne: Pierre-Marcel Favre.
- KOHLMAN, Marla H. e Bette J. DICKERSON (2008), “Introduction: Intersectional analyses of the family for the 21st century”, *International Journal of Sociology of the Family*, 34(2): 125-129.
- LUHMANN, Niklas (1982), *The Differentiation of Society*, New York: Columbia University Press.
- LUHMANN, Niklas (1991), *Love as Passion: The codification of intimacy*, Cambridge (MA): Harvard University Press.
- OAKLEY, Ann (1974a), *Housewife*, London: Allen Lane.
- OAKLEY, Ann (1974b), *The sociology of housework*. London: Martin Robertson.
- OAKLEY, Ann (1980), *Women confined: towards a sociology of childbirth*, Oxford: M. Robertson.
- PARSONS, Talcott & Robert F. BALES (1955), *Family, Socialization and Interaction Process*, Glencoe: Free Press.
- PARSONS, Talcott (1971 [1949]), “A estrutura social da família”, in Ruth Nanda Anshen (ed.), *A Família: a sua função e destino*, Lisboa: Meridiano.
- ROUSSEL, Louis (1989), *La famille incertaine*, Paris: Odile Jacob.
- SINGLY, François de (2000), *Libres ensemble: L'individualisme dans la vie commune*, Paris: Nathan.
- SINGLY, François de, et. al. (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris: Nathan.
- THERBORN, Göran (2004), *Between Sex and Power: Family in the world, 1900–2000*, London & New York: Routledge.
- TÖNNIES, Ferdinand (1977 [1912]), *Communauté et Société. Catégories fondamentales de la sociologie pure*, Paris: Presses Universitaires de France.
- TORRES, Anália Cardosos (2001), *Sociologia do Casamento: a Família e a Questão Feminina*, Oeiras: Celta.
- VASCONCELOS, Pedro (2011), *Capital social, solidariedade familiar e desigualdade social no Portugal contemporâneo*, Lisboa: ISCTE Instituto Universitário de Lisboa.
- WALBY, Sylvia (1990), *Theorizing patriarchy*, Oxford: Wiley-Blackwell.

WEST, Candace e Don H. ZIMMERMAN (1987), "Doing Gender", *Gender and Society*,  
1(2): 121-151.